

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS



António Calhau (presidente do STA), Rocha Andrade (sec. de Estado dos Assuntos Fiscais) e Manuel dos Santos (presidente da Mesa da AG).

Justiça lenta? A Autoridade Tributária dá uma ajuda

Conferência «Por uma melhor justiça tributária»

O caminho é longo, muito longo e jamais estará concluído. Pugar «por uma melhor justiça tributária» é sinónimo de entrar numa dessas viagens sem fim anunciado, como ficou patente na conferência que a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais organizaram a 12 de julho, em Lisboa. Lentidão, escassez de recursos e de meios, elevada litigância, pouca clareza na redação das leis, instabilidade legislativa e, pasme-se, atuação do próprio Estado, via Autoridade Tributária e Aduaneira, são alguns dos males que é preciso, e urgente, ultrapassar.

Os ângulos de abordagem são diversos, tantos quantos os intervenientes. Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia Geral, abriu os trabalhos e colocou o acento tónico na instabilidade legislativa: «Portugal não tem um quadro de referência que permita investir e atuar a médio/longo prazo.» O também eurodeputado defendeu mesmo que os governos deveriam «assinar um contrato em que se comprometessem com a estabilidade fiscal, o que determinaria uma relação de confiança.»

Enquanto esse dia não chega, há outras questões mundanas a que seria conveniente prestar atenção. «Não sei se faz sentido dizer que queremos uma

justiça mais célere e depois vermos o próprio Estado a fomentar a litigiosidade.» O alerta foi deixado por António Calhau, presidente do Supremo Tribunal Administrativo. Mas a contundência da intervenção não terminou aqui: «A Autoridade Tributária e Aduaneira, em alguns recursos que apresenta, raia a litigância de má-fé», acrescentou o magistrado que vê na falta de quadros, na inexistência de uma bolsa de juizes ou na atribuição de novas competências aos tribunais fiscais sem «se cuidar das consequências que isso terá», ameaças sérias ao «normal e rápido funcionamento da justiça.»

No centro da mesa, Rocha Andrade ouviu com atenção, tomou notas e foi

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS



Benjamin Barbosa



Armando Tavares



Lúcia Lima Rodrigues

direto ao assunto: «Melhor justiça tributária quer dizer justiça mais célere. A melhor forma de acelerar o funcionamento dos tribunais é prevenir que os litígios não cheguem a tribunal.» Elementar, pois claro, só que os remédios não podem ficar por aqui. Para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, «há algo a fazer na legislação, cuja falta de clareza e simplicidade é uma fonte de erros e de litigiosidade.» E há também algo a fazer «na configuração do procedimento da atuação da Autoridade Tributária no sentido de prevenir o litígio.» O futuro o dirá...

Ética contra o litígio

Dedicado a analisar «O papel dos contabilistas certificados na prevenção dos litígios fiscais, no procedimento tributário e no processo tributário», o painel que abriu os trabalhos teve em Manuel dos Santos o primeiro orador. «Como é que se evitam os litígios fiscais? Em princípio, não cometendo nenhuma ilegalidade», sublinhou o presidente da Mesa da AG da Ordem que reforçou: «Quem estiver de boa vontade, quem estiver com um comportamento ético irrepreensível,

parte em vantagem. A ética é essencial no comportamento dos agentes económicos.» O eurodeputado lembrou ainda que «os contabilistas não podem ser o braço armado do fisco. Têm que ser parceiros e não mais do que isso.»

Armando Tavares analisou o papel dos contabilistas no procedimento tributário. Antes de entrar no tema propriamente dito, este docente do ISCA de Aveiro avivou a memória dos responsáveis ao enfatizar que «a instabilidade legislativa sente-se, igualmente, a nível académico, criando constrangimentos de toda a ordem» e, em jeito de complemento, deixou um desejo: «É preciso colocar os códigos a falar português. Seria uma forma de evitar muitos litígios e pugar também por uma melhor justiça tributária.»

Sobre o tema, Tavares referiu que o contabilista certificado é «parte ativa na operacionalização do sistema fiscal, contribuindo para o seu bom funcionamento», sendo igualmente «um agente de comunicação essencial entre o contribuinte e a AT», ao que acresce ainda o facto de ser um «elo fundamental para o contribuinte na

salvaguarda das suas garantias.» Assim sendo, concluiria este especialista, «o contabilista certificado é parte integrante do procedimento tributário.» Lúcia Lima Rodrigues analisou o papel dos contabilistas certificados no processo tributário. Para esta docente universitária «a ligação histórica entre a contabilidade e a fiscalidade coloca hoje os contabilistas certificados como grandes especialistas de contabilidade, fiscalidade e do processo tributário.»

Por outro lado, salientou ainda a presidente da Comissão de História da Contabilidade da OCC, «as novas normas de contabilidade (IFRS e SNC) são baseadas na substância económica e não na forma legal.» Ou seja: «Os contabilistas não baseiam apenas a sua atuação em regras mas cada vez mais em princípios, em muitas circunstâncias têm de fazer julgamentos profissionais, o que tornará mais complicada para os juristas perceberem a linguagem da contabilidade.» Aqui chegados, parecem não restar dúvidas, concluiria a oradora, que «o jurista encontrará no contabilista certificado o conhecimento especializado

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS



Cidália Lopes



Carlos Borges



Paula Cadilhe

que terá cada vez mais dificuldade em perceber. Só desta forma os juizes poderão julgar corretamente os casos que envolvam questões contabilísticas e fazer justiça.»

O juiz e o impossível

Foi em torno do «Estado de Direito Fiscal» que girou o segundo painel, moderado por Rui Duarte Morais, docente universitário e ex-presidente da Comissão de Reforma do IRS. Cidália Lopes tentou responder a uma questão complexa: serão os direitos declarativos, de colaboração e substitutivos ónus ou direitos para os contribuintes? Para esta docente universitária, «as obrigações acessórias visam aproximar o momento da realização das operações por parte do contribuinte com o momento do conhecimento por parte da AT.» Como o «cumprimento fiscal engloba um conjunto de tarefas, que vão desde o apuramento e liquidação do imposto até à comunicação de faturas e documentos», a que se deve ainda acrescentar «os deveres de colaboração sobre o contribuinte e os deveres substitutivos sobre terceiros», corre-se o risco de as obrigações acessórias se trans-

formarem em um «ónus para os contribuintes cumpridores, na medida em que pode custar mais cumprir do que não cumprir...» O que deixa perceber que «para uma melhor justiça tributária, devemos exigir também uma redução das obrigações tributárias.» Informatizar, desmaterializar e automatizar: eis a estratégia da AT quando se fala de justiça tributária eletrónica. Os passos seguidos pelo fisco foram explicados por Carlos Borges, membro do serviço central de justiça tributária e aduaneira da AT. As alterações introduzidas no processo executivo, no processo contraordenacional, no contencioso administrativo e no contencioso judicial foram decisivas, no entender deste orador, para uma «maior motivação dos recursos humanos, consolidação de uma imagem de eficácia, diminuição dos custos de contexto, aumento da cobrança de coimas e da cobrança coerciva e ainda uma melhoria na transparência do sistema fiscal.» Em resumo, referiu Borges, «a AT tem trabalhado para servir os contribuintes. Se olharmos para o volume de queixas, tendo em conta a quantidade de informação que tratamos, concluímos que isso

mais não é do que um atestado de qualidade ao trabalho desenvolvido pela AT.»

Paula Cadilhe encerrou os trabalhos da manhã falando sobre o controle de qualidade na justiça jurisdicional tributária. Esta juíza apontou o dedo ao crescente número de pendências, lembrando que, «em média, os juizes têm o dobro dos processos que os limites humanos permitem dar resposta.» Como nestas questões é sempre bom ter um número para aquilatar da dimensão do problema, Cadilhe recordou que «existem juizes com mais de 200 inquirições de testemunhas para realizar. Não se pode exigir a um juiz o impossível», sublinhou a magistrada, confessando algum desalento com o estado atual do quadro judicial, uma vez que «os juizes dos tribunais tributários são os primeiros a quererem uma melhor justiça.»

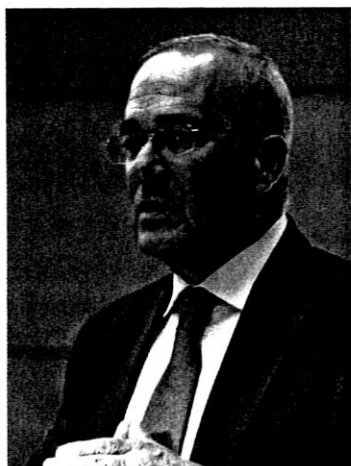
Processos pendentes:

uma ameaça para a economia

O problema crescente dos processos pendentes nos tribunais foi o foco principal do primeiro painel da tarde. Uma verdadeira ameaça ao crescimento económico português. José

CLIPPER BOOK MIRANDA				
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS



Vasco Valdez



Agostinho Miranda



Nuno Villa-Lobos

Miguel Júdice recorreu a um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística - cujas conclusões o deixaram «surpreendido» - que revela que a justiça é a principal dor de cabeça dos empresários em Portugal. «A primeira preocupação dos empresários portugueses é o mau funcionamento da justiça, muito mais do que as leis laborais, muito mais do que os problemas de créditos e todos os outros problemas que imaginávamos que eram os problemas deles. E é uma questão, apesar de tudo, mais fácil de resolver. É preciso mudar o paradigma: não há atrasos processuais nos países anglo-saxónicos e os advogados são muito mais qualificados, muito mais agressivos do que nós. Essa reflexão implica quebrar alguns tabus e ao quebrar-se o tabu da arbitragem tributária em Portugal, a primeira vez no mundo que se fez, demonstra que somos capazes de ser pioneiros. Vamos ver se conseguimos.»

«Por uma melhor justiça tributária», este foi o lema da conferência organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, mas foi também a resposta que

todos os participantes tentaram dar um contributo.

Vasco Valdez, árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) e antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, arrancou com o painel «A justiça tributária alternativa», mo-

derado por Agostinho Miranda. Mal subiu ao púlpito, o antigo governante apresentou números que classificou como «avassaladores.»

«Houve um agravamento de cerca de 5 700 processos comparativamente com o ano anterior. Um número mui-



O trabalho intitulado «A divulgação de responsabilidade social empresarial e a recente crise financeira mundial: perspetivas sociológicas e institucionais», de Maria José Silva, Jonas Oliveira (ambos ao centro) e Graça Azevedo venceu o prémio do melhor artigo apresentado na XV Conferência Grudis e submetido à revista «Contabilidade e Gestão». Lúcia Lima Rodrigues, diretora desta publicação da OCC e Manuel dos Santos, presidente da Mesa da AG, entregaram o respetivo galardão.

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS



José Miguel Júdice



Pedro Marchão Marques



Vasco Branco Guimarães

to significativo e aterrador.» Um dado «avassalador», especialmente porque estão adjudicados a dez juizes, acrescentou, para lembrar ainda que o caso de Lisboa «é particularmente preocupante», já que tem cerca de 40 por cento dos processos de todo o país e cerca de 20 mil processos pendentes. Vasco Valdez defende que «tem de haver um verdadeiro plano nacional para enfrentar estes problemas», até porque «o país precisa de investimento, nomeadamente estrangeiro» e este é "o" entrave.

O presidente do Centro de Arbitragem Administrativa foi o senhor que se seguiu. Nuno Villa-Lobos admite que os processos pendentes são um problema, mas fez questão de frisar que esta realidade não põe em causa a eficácia já comprovada da arbitragem tributária. O presidente do CAAD defendeu ainda o papel dos contabilistas na procura desta melhor justiça tributária. Nuno Villa-Lobos defende que o contabilista certificado deve passar a funcionar como árbitro e, em jeito de sugestão, afir-

mou: «Quem sabe se num futuro mais próximo do que distante o legislador não virá a consagrar a participação de contabilistas certificados em plano de igualdade aos licenciados de Economia e Gestão a funcionarem como árbitros em tribunais arbitrais coletivos.»

Opinião partilhada pelo antigo bastonário dos advogados, José Miguel Júdice que encerrou este primeiro painel da tarde. Em declarações à margem da conferência, o advogado afirmou que «veria com muito bons



Rui Duarte Morais



Fernanda Esteves



Areal Rothes

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	CONTABILISTA			
Nº PAG.	14 - 19	DATA	agosto 2016	

NOTÍCIAS

olhos a participação de contabilistas certificados na lista de árbitros do centro de arbitragem. Porque há casos em que é mais adequado escolher uma árbitro com formação de contabilista certificado do que com uma formação de advogado.»

Pendências disparam

O pontapé de saída para o painel seguinte - «A justiça tributária estadual» - foi dado por Pedro Marchão Marques, juiz no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa que apontou para a dificuldade que «o cidadão comum» tem em perceber a justiça tributária. E sugeriu medidas para tornar esta comunicação mais acessível, já que acredita que este é um caminho para acabar com as «pendências exorbitantes em tribunal» e a «extrema litigiosidade.»

Vasco Guimarães, investigador, docente universitário e jurista no Centro de Estudos Fiscais da Autoridade Tributária e Aduaneira, alertou para que a média de um julgamento de um tribunal de primeira instância é de quatro anos e meio. O jurista avisou que a sua intenção era deixar os participantes «perturbados» e cumpriu ao dar vários exemplos da morosidade da justiça. Mas também apontou uma solução: «As decisões dos juizes devem começar a ser publicadas num sítio. Têm que se expor.»

Este último painel - moderado por Areal Rothes, juiz conselheiro do STA - foi encerrado por Fernanda Esteves, juíza desembargadora, que tal como tinha feito Vasco Valdez, ao início da tarde, falou dos assustadores números das pendências, revelando que o volume de entradas de processos disparou de 600 para 2600. A juíza acredita que uma mudança de atitude da máquina fiscal pode contribuir para inverter a tendência de crescimento deste problema. Já que o Estado apostou nos últimos anos no combate à fraude e



Cooperação passada para o papel

O momento para a posteridade estava guardado para o fim. Depois de um dia intenso de conferência, onde se debateram os problemas da justiça tributária em Portugal, tempo ainda para a assinatura do protocolo de cooperação entre a Ordem dos Contabilistas Certificados e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF).

Com esta formalidade, pretende-se regular os termos da colaboração entre as duas entidades no que se refere à indicação de contabilistas certificados para prestação de assistência técnica e

pericial em processos de jurisdição administrativa e fiscal. É o corolário lógico de um estreitamento de relações entre magistrados e contabilistas, que surge na sequência da nova versão dos Estatutos da OCC. «Não ficamos à espera que os sucessivos governos vão fazendo o seu trabalho. Vamos procurando soluções para os problemas», afirmou, na altura, António Calhau, presidente do Supremo Tribunal Administrativo. Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Ordem, defendeu que «este ato formal é o coroar de uma excelente cooperação» que tem ainda muito caminho para andar e muitas potencialidades para explorar.

evasão, mas tem que perceber que em alguns casos a solução não é atirar com o processo para a justiça. Existem situações em que a jurisprudência beneficia o contribuinte em detrimento

do Estado, «mas o fisco não altera a sua atitude.» ☞



Videos e fotos disponíveis no Canal OCC e no Flickr